

(R)EXISTÊNCIA, ESCRIVIVÊNCIA E REVOLTA EM “ALMA”, CONTO DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR

**(R)EXISTENCE, WRITING, AND REVOLT IN “ALMA”, A SHORT
STORY BY ITAMAR VIEIRA JUNIOR**

Jhucyane Pires Rodrigues¹

Jpr2@discente.ifpe.edu.br.

Orientador: Josi Maria Silva Belo²

josi.belo@garanhuns.ifpe.edu.br.

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise do conto “Alma” (2021), de autoria de Itamar Vieira Junior, sob a luz do conceito de resistência levantado por Bosi (2002) e, posteriormente, discutido por estudiosos pós-colonialistas e contracolonialistas. Observa-se que a literatura contemporânea brasileira vem demonstrando uma crescente produção de escritas engajadas ao viés político-social e racial do país, denunciando os problemas modernos e também trazendo às histórias coloniais uma perspectiva contracolonialista, que ressalta a luta e a resistência dos povos afrodescendentes e indígenas. Ademais, a pesquisa tem como objetivo principal identificar a presentificação da noção de resistência, nos moldes descritos acima, tendo como objeto o conto “Alma” (2021). Para isso, ter-se-á também como aporte teórico os estudos de Spivak (2010) sobre a problematização da representação do sujeito subalterno, Gonçalves e Bonnici (2005) para elucidar a construção do outro no discurso colonial, Evaristo (2015) para se pensar a noção de escrevivência, dentre outros nomes. Diante da análise, pode-se constatar que resistir, nos tempos atuais, tem a ver com reparação e, portanto, transborda para os níveis político, simbólico, cultural e social.

Palavras-chave: Resistência. Denúncia. Literatura de resistência. Escravização.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the short story “Alma” (2021), by Itamar Vieira Junior, grounded in the concept of resistance proposed by Bosi (2002) and later discussed by postcolonial and counter-colonial scholars. It observes that contemporary Brazilian literature has shown a growing production of works engaged with the country’s political, social, and racial issues, denouncing contemporary problems while also offering counter-colonial perspectives on colonial histories. These perspectives highlight the struggles and resistance of Afro-descendant and Indigenous peoples. Furthermore, the study aims to identify how the notion of resistance manifests itself in the short story “Alma” (2021), which serves as the object

¹ Mestranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pós-graduanda em Linguagem e Práticas Sociais pelo IFPE – *Campus* Garanhuns. Graduada em Letras – Língua portuguesa e suas literaturas pela Universidade de Pernambuco (UPE).

² Doutora em Literatura e Interculturalidade. Professora do IFPE – *Campus* Garanhuns.

of analysis. To this end, the theoretical framework also draws on Spivak (2010), to problematize the representation of the subaltern subject; Gonçalves and Bonnici (2005), to elucidate the construction of otherness in colonial discourse; and Conceição (2015), to address the notion of *escrevivência* in the short story, among other authors. Based on the analysis, it is possible to observe that resistance in contemporary contexts is associated with reparation and therefore extends across political, symbolic, cultural, and social dimensions.

Keywords: Resistance. Denunciation. Resistance literature. Enslavement.

1 INTRODUÇÃO

“tive de lutar, inventar, enganar, tive muito de sonhar, até que um dia falei pra mim mesma que da próxima lua não passava” (Vieira Júnior, 2021, p. 42).

A literatura por muito tempo foi tida como um bem precioso demais para ser acessado pela população com menos poder aquisitivo. Contudo, a partir da década de 30 do século XX, quando o país passou a pensar a educação como elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, as políticas educacionais começaram a desenhar um projeto de democratização do acesso ao ensino. Nos dias atuais, observa-se que embora haja escolas para a população, essas instituições se encontram em situação precária e muitas vezes não cumprem, por falta de infraestrutura, os requisitos estabelecidos na Constituição Federal — documento mais importante do país — para a Educação, assim como os demais documentos educacionais.

No entanto, é inegável que, apesar dos impasses, as escolas são ainda, em muitos casos, o único lugar que oportuniza o legítimo contato entre leitor e obra literária. Por isso, é tão importante que esses espaços sejam polifônicos e problematizem as narrativas que estão repassando ao seu alunado. Aqui, cabe refletir o questionamento colocado por Adichie (2019): Será que há espaço para uma segunda via/um “outro” narrador ou esse âmbito perpetua somente as histórias únicas (Adichie, 2019)? Aquelas contadas pelos ditos vencedores/salvadores, os colonizadores?

Partindo desse panorama, reportamo-nos ao presente contexto da literatura nacional contemporânea, com o escritor Itamar Vieira Júnior e seus personagens frutos do processo da mestiçagem, do colonialismo, da opressão e da resistência que constitui o povo brasileiro, sobretudo, os povos indígenas e quilombolas. Diferentemente dos escritos da primeira geração do Romantismo (1836-1853), a geração indianista, Itamar não cria personagens caricatos, submissos ou “heróis da Nação”, pois seus personagens são tipos comuns, e aí está a singularidade de sua escrita: textos fortes que dão voz a personagens resilientes, com poucas marcações de datas ou locais em que se passam as suas narrativas. De maneira geral, quem ganha o destaque mesmo é a narrativa, construída de uma forma em que os personagens são desnudados sem pressa e caracterizados a partir de um viés revestido de força, persistência e obstinação. Ademais, o autor reserva em suas obras amplo espaço para o diálogo sobre a ancestralidade do povo quilombola e sobre a diáspora que abateu o povo africano. Sem ser pedante ou historiográfico,

Vieira Júnior narra com vivacidade, como se os acontecimentos da trama estivessem transcorrendo aos nossos olhos.

Outrossim, nesta pesquisa, partiremos do conceito de resistência, definido por Bosi (2002) como uma oposição a uma força alheia, algo que tem a ver com enfrentamento e combate. De modo a alcançar esse objetivo, contaremos também com os apontamentos de Gonçalves e Bonnici (2005) que tratam sobre o conceito de resistência à luz da teoria pós-colonial por meio de grandes obras brasileiras, como “O Uruguai”, de Basílio da Gama, “O cortiço”, de Aluísio Azevedo e “Pai contra mãe”, de Machado de Assis. Abordaremos também a noção de “escrevivência” explorada por Conceição Evaristo, além de outros teóricos cujas discussões dialogam com nossa proposta, como Spivak (2010), Hooks (2019), Said (2011), dentre outros. Quanto à metodologia adotada, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativo-exploratória, a partir de um viés bibliográfico, tendo em vista o objeto de estudo e a suas possibilidades de discussão acerca da noção de resistência.

Ao longo do percurso, pretende-se discutir e exemplificar como a resistência não se dá apenas no plano físico ou político, mas também no simbólico, no discursivo e no cultural, ideias essas suscitadas por Gonçalves e Bonnici (2005). Para esses autores, a literatura é entendida como um campo onde sujeitos historicamente subalternizados podem reconstruir suas narrativas, questionar estereótipos e reinscrever suas identidades, contrariando as versões oficiais da história.

2 NARRATIVA E ESCRIVIVÊNCIA

O conto “Alma” foi publicado, inicialmente, em “A oração do carrasco” e, posteriormente, passou a compor a coletânea de contos “Doramar ou A Odisseia: histórias”, publicado em 2021 pela editora Todavia. Neste conto, uma voz em primeira pessoa narra a história da sua fuga: uma mulher escravizada em busca da tão sonhada liberdade. Embora este enredo possa parecer corriqueiro na literatura brasileira, engana-se o leitor que o vê dessa forma. Itamar mobiliza, através de sua escrita singular e vivaz, várias nuances da então personagem Alma. Afastada de sua família, a protagonista explora o sofrimento da viagem de navio, o esgotamento resultante da jornada exaustiva de trabalho e toda sorte de humilhações sofridas. Esse cenário relatado vem ao encontro das reflexões de Mbembe:

A condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, a uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade (Mbembe, 2018, p. 27)).

Sofrimentos e perdas perpassam e marcam a vida de Alma, tornando-a um ser sem identidade, totalmente à margem da sociedade, pois não possui direitos civis e tampouco é considerada gente. É apenas um corpo-objeto sozinho pelo mundo. A autora indiana pós-colonialista Gayatri Spivak (2010) reafirma esse olhar do sujeito colonial para com o escravizado em sua obra “Pode o subalterno falar?” e ressalta ainda que, dentro desse contexto, o sujeito subalterno feminino está muito mais destituído de direitos, e assim, de humanidade.

Um fato curioso é que, segundo o próprio autor (Ciência, 2025), o conto “Alma” surgiu a partir dos rumores que teria ouvido, numa comunidade onde trabalhava como funcionário público, sobre uma mulher chamada Mariinha

Rodrigues, mulher escravizada e fugida, que percorreu 400 quilômetros até chegar ao local em que fundou um quilombo. Ele somou à sua imaginação as informações rasas — segundo ele — que lhe foram repassadas e o tocaram. A partir deste mote, construiu a personagem em questão e deu corpo ao conto intitulado “Alma”.

Esse movimento do autor, de entrelaçar a vida cotidiana de pessoas “comuns” à ficção, criando assim uma linha tênue entre realidade e imaginação, configura-se em um movimento maior. Noutros termos, trata-se de algo que vai além da relação real x ficcional, resultando num modo de resgatar faces de uma história “perdida”, no sentido de ter sido quase que excluída por muito tempo da literatura e da história: a trajetória de força e lutas da população africana e afro-brasileira e sua contribuição e legado ao país.

Nesse sentido, a escrita dessas histórias constitui a *escrevivência*, conceito trazido à tona pela escritora Conceição Evaristo, o qual será explicitado mais adiante. Sabe-se que, por meio dessas narrativas disruptivas, o sujeito-autor traz um viés contracolonial que vai de encontro à história de uma escravização branda, que pouco explora o movimento de resistência inerente à população africana e afro-brasileira.

Segundo Nego Bispo, em sua obra “A terra dá, a terra quer” (2021, p. 36), “O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo”. Ou seja, o contracolonialismo se apresenta como mais um *modus* de resistência para os grupos oprimidos pelo sistema colonial; é um ato de autodefesa. Esta reflexão, portanto, corrobora a defesa de Gonçalves e Bonnici (2005) de que as práticas de resistência aparecem na literatura como formas de contestar a colonialidade, o eurocentrismo e a marginalização de vozes subalternizadas.

Não é tarefa difícil constatar a ausência de relatos de marcas de resistência da população africana e afro-brasileira na história da formação do Brasil, e poucas são as produções literárias de época que dão espaço para personagens pretos, a não ser em lugares de submissão e opressão naturalizada. Assim, a literatura de resistência assume um papel revolucionário e necessário ao colocar o povo africano e afro-brasileiro em lugares de protagonismo que revelam sua força e sua importância para a construção do nosso país. Nesse sentido, Itamar Vieira Júnior traz em suas produções a voz dos oprimidos, dos subalternos, dos silenciados, homens e mulheres socialmente marginalizados, vítimas das mais diversas formas de violência: estruturais, sociais, culturais e raciais, como pode ser comprovado em suas obras “Torto Arado” (2019), “Salvar o Fogo” (2023) e “Doramar ou A Odisseia: histórias” (2021).

Cabe, aqui, relacionar à ideia de resistência a noção teórica de “escrevivência”, definida por Evaristo (Ciência, 2025) como “uma escrita que [...] é retirada realmente [...] da vida”. Em entrevista ao Canal Saúde, em que fala sobre a sua escrita, a autora enfatiza: “Tudo que está aí é inventado a partir da vida”. Isto é, a escrevivência contempla a narração de acontecimentos da vida ordinária, mas que não trata de experiências particulares, de um indivíduo, e sim de atravessamentos coletivos, histórias que se entrecruzam, experiências compartilhadas por uma comunidade. Trata-se de uma escrita que precede a experiência. Nesse sentido, Vieira Júnior escreve a história de seu povo: afro-brasileiros, quilombolas, que sofreram e ainda sofrem com mazelas como racismo, preconceito, negação de direitos, entre outras. Nessa perspectiva, acompanhemos adiante a trajetória da

personagem Alma enquanto possibilidade para pensar experiências vividas pelo seu povo.

3 ALMA: A RESISTÊNCIA PERSONIFICADA NO CORPO-SUJEITO DE UMA MULHER ESCRAVIZADA

A obra literária, para além de sua superfície (a linguagem empregada e as técnicas de escrita), possui necessariamente, em algum ponto, direta ou indiretamente, uma relação com o exterior, algo vivo e em movimento. Um processo similar ocorre quando se pensa no conceito de resistência. Segundo Silva (2020):

O caráter de resistência pode aparecer nítida e concretamente na superfície da obra, no caso da linguagem empregada, por exemplo, ou pode estar escancarado em seu modo de composição – veja-se a obra *Agá* último romance de Borba Filho, publicado em 1974, em que a estrutura fragmentada dos capítulos pode facilmente ser associada ao esfacelamento do sujeito do pós-guerra, senão à negação da identidade e das individualidades no cenário ditatorial em que se encontra boa parte da América Latina no momento de sua escritura e publicação (Silva, 2020, p. 174).

No caso do conto “Alma”, é possível identificar a presença da resistência tanto na linguagem empregada pelo autor, quanto em sua composição. A narrativa apresenta ausência de pontos em longos blocos de texto que não seguem uma ordem cronológica, numa desordem representativa dos pensamentos de Alma durante o planejamento e a execução do seu plano de fuga, uma longa caminhada em que a fome e o cansaço a acompanham constantemente. Adiante, ficará mais evidente a presença dessas marcas, conforme sejam analisados alguns recortes do texto.

De início, traremos alguns apontamentos estruturais. O conto é narrado em primeira pessoa e não segue uma ordem linear. A narradora-personagem recorre a lembranças de um passado que deixou há muito para trás, mas que a marcaram profundamente. Como dito acima, merece um destaque a pontuação do texto, que não segue as regras da língua padrão, talvez uma escolha do autor para demonstrar o desconhecimento de Alma com relação aos saberes formais, ou também com o intuito de transportar para a materialidade da escrita o efeito de pressa da personagem em sua fuga. As quatro primeiras páginas do conto não possuem qualquer ponto, apenas vírgulas e pontos e vírgulas.

Ao longo da narrativa, descobrimos que o personagem é uma mulher:

[...] uma mulher que caminha, e por um tempo só caminho, sou uma mulher que caminha sempre em frente e não volta para o que deixou lá longe, agora muito atrás de mim, caminho assim, esperando encontrar o acalanto de um lugar onde exista a liberdade, eu, uma mulher que nasceu acorrentada aos desejos dos meus senhores, eu que não tinha nome porque não era nada, que um dia toquei o coração da minha senhora e ela disse que eu tinha uma alma [...] (Vieira Júnior, 2021, p. 35-36).

Nesse trecho, é possível observar o estado de escravização e subordinação em que se encontrava tal mulher, ela que não tinha o direito de desejar, tampouco de sonhar porque estava ali apenas para servir aos seus senhores. Contudo, nota-se que a personagem apresenta algo de diferente — resignada, ela expressa o desejo de libertar-se das correntes que a aprisionam. A narrativa pode ser vista como uma espécie de denúncia acerca da forma como a população escravizada era vista, simplesmente como um nada, ou pior, como um objeto, ou um pedaço de carne que não carece de nome, pois importa somente aquilo que produz. Nesse sentido, a teórica feminista negra Bell Hooks (2019) aponta que as pessoas têm o direito de definir as suas vidas, as suas realidades (são livres); enquanto os objetos necessitam das ordens vindas de um superior. Logo, enquanto objeto, a realidade de Alma e de seus pares é definida por terceiros, assim como a sua identidade e a sua história, definidas pelos sujeitos que estão autorizados a isso: os donos dos bens e dos meios de produção.

Outrossim, no decorrer da narrativa, Alma, que ganhou esse nome por serem que ela possuía uma, passa a se comparar com um animal: “[...] e da primeira vez que me levaram um filho *urrei* de tristeza, *como uma cadela*, meus filhos arrancados como uma *ninhada de cães*, um a um foram retirados [...]” (Vieira Júnior, 2021, p. 36, *grifos nossos*). A forma como Alma era tratada pelos seus senhores, sugerida em “[...] muitas vezes ela fez de mim um bicho, muitas vezes trataram melhor os cavalos do que a mim e a todos [...]” (Vieira Júnior, 2021, p. 39), certamente contribuem para que a narradora-personagem se veja nesse lugar de animalização que reforça a desumanização a que o povo preto era submetido, desconstituindo-os de suas identidades, colocando-os como apátridas da raça humana.

O plano de fuga de Alma inclui envenenar a comida de seus senhores com o veneno que utiliza para matar os ratos da casa. Na noite em que ela executa esta ação, destinada a fazer “muita justiça” (Vieira Júnior, 2021, p. 55), muitos tambores ecoam em sua cabeça, Alma faz muito barulho na cozinha, quebra o tacho, sua senhora reclama, a insulta. Mas já não importa mais, Alma está cansada demais do dia de trabalho duro, da vida dura; não consegue fugir daquilo que estava predestinada a fazer.

Na sequência, após Alma envenenar os seus senhores, ela segue narrando fatos passados, lembrando acontecimentos que a fazem compreender que o seu corpo é um corpo-prisioneiro e falando dos seus desejos e do quanto eles contrastam com as humilhações pelas quais passava:

[...] andei para a frente, com as roupas da minha senhora, com o vestido longo da minha senhora, que batia na minha face quando eu não engomava com capricho aqueles mesmos vestidos, e naquele dia que *a alma deixou o corpo*, eu escolhi o vestido bonito que meus olhos desejavam, eu, uma mulher, que me olhava no espelho enquanto polia as pratas, eu me olhava no espelho e via o fundo dos meus olhos, e no fundo do fundo dos meus olhos a vontade de ser livre, a vontade de ser eu também uma senhora, a vontade de que me servissem, que me abanassem, eu, uma *mulher indigna*, carreguei para dentro de mim o sofrimento que infligiam à minha pele, nos atos, nas crianças brancas de quem cuidei, aquela senhora, aquela mulher, e as irmãs do meu senhor, *elas reclamando do meu chá, reclamando da minha comida, rindo sorrateiras, eu como um bicho acuado, meus olhos tão logo ficavam vermelhos, porque elas me lançavam a todo momento desfeitas, eu sofria*, eu, uma mulher, que olhava os pássaros antes que as senhoras se levantassem, escutava com muita atenção seus cantos quando

o sol se erguia no céu, eu que queria o céu, que desejei muitas vezes não viver, que *duvidei ter uma alma como minha senhora branca*, carreguei nas minhas costas o peso das minhas correntes, carreguei o peso do que passou, carreguei o medo e a mágoa [...] (Vieira Junior, 2021, p. 36-37) (grifos nossos).

Alma afirma para si mesma que é uma mulher. Apesar de toda a dor, de todas as desfeitas, é uma mulher e possui desejos — de ser também senhora, de ser servida, cuidada, de possuir algo só seu, além de apenas sofrimento. Alma almeja a liberdade presentificada no céu, pois, na sua visão restrita, a morte seria o único modo de atingir essa tal liberdade: somente não vivendo estaria livre.

O trecho acima permite entrever as consequências do processo de escravização na construção de imagens que as pessoas escravizadas faziam de si. Observamos que, embora Alma reconheça toda a crueldade que sofreu, ela se considera uma “mulher indigna” ---- “*duvidei ter uma alma como minha senhora branca*” ---- o que permite pensar a escravização como um processo em que o sujeito escravizado, apartado de suas origens e crenças, assimila a cultura do branco de modo a se julgar/medir segundo as regras de comportamento/aceitação de dentro dessa bolha dominante e opressora.

A dor vivida e expressada por Alma neste e em outros trechos da narrativa podem ser pensados como uma forma de denúncia das violências sofridas pelo povo escravizado. As zombarias praticadas pela senhora e suas irmãs, podem ser pensadas em diálogo com as ideias de Gonçalves e Bonnici (2005, p. 157), ao afirmarem que na “teoria pós-colonial, a resistência não se limita a atitudes violentas, mas verifica-se em estratégias carnavalescas, na paródia, na mímica e na cortesia dissimulada”. Isto é, a violência pode se dar de forma simbólica, como risos sorrateiros, olhares de desprezo ou sarcasmo, elementos “sutis” que reforçam e sustentam o racismo estrutural até os dias atuais.

Pensando com Gonzalez (1984), observa-se que o racismo está na base da formação social e cultural brasileira, ou seja, é estrutural, sendo uma herança carregada dolorosamente desde o período colonial pelos brasileiros. Ademais, a autora aponta que a frequente negação dessa prática nociva que é o racismo colabora para a manutenção de privilégios para os brancos. Lembrando que o racismo está presentificado desde o ordinário do dia a dia até em situações empregatícias, em currículos escolares, na mídia ou em políticas públicas.

Outrossim, observa-se que, em seu trajeto, Alma pensa em voltar para as suas origens em busca de sua identidade. Para isso, está disposta a atravessar o oceano nadando, ir à terra em que seus antepassados foram senhores e reencontrar o seu verdadeiro eu. A ancestralidade e as histórias de um passado, um lugar e uma língua não vivenciados e desconhecidos perpassam o imaginário da personagem graças às lembranças que possui de sua avó: “sonhei com o dia em que voltaria para onde nunca fui” (Vieira Júnior, 2021, p. 42). Alma não tinha qualquer riqueza material, o que alimentava em si era um singelo afeto de pessoas que tinham parte importante em sua trajetória e que lhe foi retirado:

[...] tudo que eu tinha e era meu me tiraram, meus filhos, meu leite para amamentar as crianças brancas dos senhores, minha avó, minha mãe que eu não conheci, tudo que eu tinha me tiraram, o Inácio, me tiraram o Inácio também, da forma mais triste, é das poucas coisas que sei que nunca vou esquecer [...] (Vieira Júnior, 2021, p. 41).

Mais uma vez, destaca-se a opressão sofrida através das ações do colonizador e que a separa de seus filhos, do seu leito materno desviado para outras crianças que não as suas, seus familiares que se tornaram memórias. Durante todo o seu percurso, as memórias a invadem e demonstram que Alma tinha muitos motivos para resistir e reivindicar a sua humanidade.

4 A RESISTÊNCIA DE ALMA ENQUANTO ATO TRANSCENDENTE

Conforme Bosi (2002, p. 118), o sentido do conceito de resistência em “seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito”. Pode-se pensar que é exatamente isso que se sucede com Alma. Em seu ato final, ela decide enfrentar esta força maior de opressão - o colonialismo e as desigualdades que o performam e constituem e que se colocam contrárias ao seu direito de viver com dignidade, como uma pessoa.

Alma sofre, mas também resiste a essas forças e seus legados durante a maior parte da narrativa. No primeiro momento, sua resistência se mostra silenciosa, um simulacro de conformidade e subalternidade, mas em suas entranhas Alma já ansiava e reivindicava a sua liberdade. A sua resistência foi, durante muito tempo, cotidiana. Ela não se expressava com palavras diretas, gritos ou confrontos abertos com os seus senhores, ou com a sociedade — como se esperaria de um ato de revolta mais explícito. Em vez disso, sua resistência está nos gestos contidos, nas decisões internas e nas pequenas recusas ao lugar de submissão que lhe foi imposto.

Outrossim, é preciso considerar as condições de existência da personagem. Alma vive num ambiente onde falar pode resultar em punição ou perda do sustento. O silêncio, nesse caso, antes de ser uma escolha, se constitui numa forma de autoproteção. Assim, como muitas mulheres negras e pobres, ela aprendeu que o silêncio pode ser uma estratégia de sobrevivência. Desse modo, observa-se também, como aponta Said (2011), que “o colonialismo e o imperialismo não pagaram suas contas quando retiraram suas bandeiras e suas forças policiais de nossos territórios” (Said, 2011, p. 33), tendo em vista que, ainda atualmente, há muitas mulheres que vivem em condição análoga de opressão constante. Considere-se que, ainda que o colonialismo pareça ter sido suplantado, o patriarcalismo permanece sólido e atuante.

Spivak (2010, p. 84) afirma que “a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e classe estão incluídas nessa acusação”. Fato que pode ser observado na relação entre Alma e sua senhora ao longo da narrativa. Embora ambas sejam mulheres, estão ocupando posições diferentes no que tange a raça e a classe social, o que dá à mulher branca uma noção de poder sobre as mulheres negras, uma das poucas classes abaixo dessas mulheres, posto que a sociedade é regida pela dominação masculina.

Diante dessa conjuntura, a escritora Kilomba (2019) nomeia a mulher negra como o “outro do outro”. Ao se falar em gênero é comum tomarmos a questão como um bloco homogêneo. Contudo, esse processo apaga as necessidades e reivindicações da mulher negra, as quais divergem da mulher branca. Nesse sentido, a mulher negra aparece como o “outro do outro”, ela se difere do homem (seja ele branco ou negro) e se difere da mulher branca, isto é, ela se encontra à

margem dos regimes de branquitude e de masculinidade, elementos que ainda regem a formação social brasileira. À mulher branca há escolhas, embora restritas, já à mulher negra recaem todas as funções que a mulher branca não aceita, somadas a uma carga maior de violência. Daí essas opressões a tornarem ainda mais vulnerável que as demais mulheres (Ribeiro, 2017).

Adiante, chega o momento em que Alma, depois de muito resistir, arquitetar e sonhar em silêncio, põe em prática o seu plano.

Num primeiro ato de resistência, Alma decide quebrar o silêncio que permeava a maneira com que executava sua função:

[...]então decidi servir com *muita justiça* meus senhores, bati com muita força as louças que eles tinham na cozinha, muitos tambores ressoaram na minha cabeça, até que a senhora veio até mim para dizer que eu era uma crioula insolente, com ameaças de castigos, eu derrubei o tacho, eu mesma limpei o chão, os tambores não paravam na minha cabeça, aquela casa era uma terra de guerra, muitas vezes eles chamaram pelo inferno (Vieira Júnior, 2021, p. 55) (grifos nossos).

Alma não fala em vingança, mas em justiça, ou seja, ela busca uma reparação por tudo que vem passando pelas ações dos seus senhores. Levando em consideração que os povos africanos são extremamente religiosos, de modo que esse culto ao divino rege todos os setores de suas vidas (Hampaté Bâ, 2010). Assim, a referência aos tambores na cabeça de Alma pode fazer uma alusão às festividades e crenças de matrizes africanas. Uma espécie de chamado para a execução de uma justiça coletiva, em seu nome e de tantos outros que morreram calados.

Em outra passagem, Alma chega a dizer que sentia como se existisse dentro de si “um bicho ruim requerendo voar” (Vieira Júnior, 2021, p. 54). O que demonstra que as suas ações vão além de um desejo individual, elas perpassam os sentidos. Há uma ânsia de liberdade maior que ela própria e do que a sua compreensão pode alcançar.

A seguir, Alma dá continuidade à execução do seu plano. Eis o seu segundo ato de resistência:

busquei o veneno para rato no fundo do sobrado, despejei uma quantidade maior do que colocava para os ratos e mexi com muita loucura aquele tacho, muitos tambores tocavam, servi meus senhores com suas caras brancas, eles começaram a comer, chamaram por mim, fiquei quieta na cozinha fingindo que não escutava, eu os ouvi arrastarem a toalha de mesa com as louças se espatifando no chão, eles davam gritos, ouvi que batiam muito forte à nossa porta, meu corpo ficou mais frio que o sereno naquela manhã quente, enfiei com muita força um guardanapo na boca da senhora, depois um guardanapo na boca do senhor, que estava com uma cor quase azul, então limpei as mãos na saia e fui para a porta da rua, com a certeza de que os soldados iriam me levar embora, mas era o entregador de leite, segurei o leite, dei os cobres que estavam no aparador da sala e fechei a porta, passei por cima dos meus senhores sem olhar para eles, encostei-me à mesa da cozinha e bebi os dois litros de leite direto na garrafa, direto na minha boca, limpei a boca com as costas da mão (Vieira Junior, 2021, p. 55).

Esse segundo ato também se mostra repleto de nuances de significações e sentimentos da protagonista. Obstinação, loucura. No trecho “servi meus senhores de suas caras brancas”, observa-se a instalação de um efeito de sentido que vai além da especificação do tom de pele pálido dessas pessoas. Pensando a língua como um forte instrumento de denúncia, é possível associar esse uso a um ato de confronto, personificado em um tom pejorativo para se referir à hipocrisia desse grupo privilegiado e opressor, que se coloca como impune frente às barbáries que comete, tal qual os seus senhores. A frieza de Alma reflete o seu desejo de reparação, ao mesmo tempo em que sugere uma certa proporcionalidade ao nível de violência a que os seus senhores a submeteram constantemente.

Percebe-se, logo em seguida, o barulho que os senhores fazem enquanto alguém bate à porta da casa. Alma, então, silencia os seus algozes - algo antes improvável, em sua condição de mucama - e abre a porta, mesmo sabendo que poderia ser ali o seu fim. No entanto, ela não o teme. Porém, para a sua surpresa era só o entregador de leite. Nesse momento, Alma usufrui de mais um privilégio que lhe era negado outrora: tomar leite. Isso porque naquela época o leite era um alimento muito caro e escasso, por isso apenas os indivíduos mais abastados o consumiam. Aqui cabe recorrer a Nascimento (2022) e seus apontamentos acerca dos mitos criados em torno do leite com o intuito de evitar que os cativos o consumissem, a exemplo da expressão “manga com leite faz mal”. Os senhores teriam espalhado a ideia de que o uso desses dois alimentos combinados levaria os escravizados à morte. A manga teria entrado nessa história por ser uma fruta abundante no solo brasileiro, mas o foco mesmo era evitar que os escravizados bebessem o leite que se destina a seus senhores.

Em seu terceiro ato de resistência, Alma decide usar as vestimentas da senhora, a sua banheira, a sua casa.

[...] a roupa que tirei do baú da senhora escolhi com muito zelo, escolhi como pagamento por todos os anos que servi aos meus senhores, vesti sem nenhum remorso de estar vestindo um vestido da senhora, me banhei na tina em que a senhora se banhava, passei a colônia da senhora, tranchei meu cabelo, amarrei um laço na ponta, tranquei a porta e fiquei com a chave, então caminhei, a roupa foi se desfazendo, porque eram muitas luas, mas o vestido bonito se gastou no meu corpo, o vestido que ela mais gostava se gastou no meu corpo, meu, *Alma saiu da casa como uma senhora* [...] (Vieira Júnior, 2021, p. 41) (grifos nossos).

Há nesse ato de rebeldia, que se impõe contra o sistema colonial, a realização de um desejo íntimo, porém vívido em Alma: o de ser senhora também. Não para oprimir seus agressores e, muito menos, seus semelhantes, mas para ser tratada como gente, para ter seus direitos validados. Nesse gesto, aparentemente simples, embora destemido, ocorre a ocupação de um lugar “indevido” pela personagem. Neste pequeno ato há liberdade, há um forte teor de resistência: Alma realiza pela primeira vez um desejo próprio, somente seu — o de sentir-se senhora, e existir enquanto indivíduo. Como ela diz, para sobreviver teve que “lutar, inventar, enganar, tive muito de sonhar, até que um dia falei pra mim mesma que da próxima lua não passava” (Vieira Júnior, 2021, p. 42), e não passou.

A história de Alma revela um passado de opressão e violência, que ressoa e se materializa na contemporaneidade por meio de termos como “todos somos iguais, não há necessidade em falar sobre racismo”, “racismo não existe!”, “e o racismo

reverso?”, “não há necessidade de dia da consciência negra, mas sim da consciência humana”. No colonialismo, os brancos tinham a certeza da impunidade e abusavam desse privilégio. Hoje, observa-se que ainda há o uso do argumento da inocência branca, conceito suscitado por Gloria Wekker (2016) para relatar as formas de racismo na Holanda e nos demais países europeus, mas que se estendem a várias partes do mundo. Esse termo diz respeito ao abuso de uma posição segura para justificar determinados comportamentos contraditórios à imagem reivindicada, como a imagem de “democracia racial” ou “Brasil, país da miscigenação, do encontro de diferentes povos e culturas”.

Nesse sentido, Charles W. Mills (2007) pontua, em sua epistemologia da ignorância, que esses comportamentos podem se manifestar no eixo do não saber, mas também, e pior, no eixo do não querer saber. Ademais, observa-se que esses comportamentos expressos por meio de comentários racistas naturalizados, muitas vezes são justificados como “brincadeiras” e “sem intencionalidade de ofender”. Nesse sentido, os Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1987), enquanto espaços de produção e reprodução das ideologias, destacando-se a escola, a família, a mídia e a igreja, muitas vezes, colaboram para o fortalecimento desses estigmas e para a reprodução da “inocência branca”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conto apresentado, a resistência apresenta-se através da luta do sujeito subalternizado sobre o seu opressor, o colonizador. Nesse caso, à condição de escravização, somam-se as questões de gênero que cerceiam e atravessam a personagem Alma. Destaca-se na narrativa que liberdade e humanidade se tornam sinônimos dentro desse contexto de exploração. Observe-se que, conforme a história de Alma progride, mais a resistência vai se materializando e ganhando força. Alma é dona de um sonho comum a muitos dos seus ---- o sonho da liberdade. Nesse jogo, de nada ter e muito querer, a resistência é revestida do sonho de liberdade, e ganha moldes que vão desde o planejamento, a violência (execução) e a apreciação do feito. Todavia, destacamos que existir enquanto “minorias” nesse contexto opressor é já uma forma de resistir, que deve ser impulsionada por ações concretas e fortalecedoras da causa.

Na última parte da análise, a resistência foi apresentada de modo fragmentado, posta em três atos. No entanto, ressaltamos que essa não é uma forma de resumir a resistência àqueles episódios narrados, mas sim de melhor dissecá-los. Parece nítido que a noção de resistência se materializa no conto desde as primeiras linhas, por meio da escrita foragida, tal qual Alma, até os últimos momentos, com a rememoração do percurso lúcido na memória da personagem, embora anos tenham se passado. Essa memória clara de Alma também nos serve como um lembrete para não nos esquecermos do que não pode ser esquecido: a dor de inúmeras pessoas que foram retiradas à força de sua pátria e exploradas, humilhadas, violentadas e assassinadas em solo brasileiro por meio do processo escravagista.

Outrossim, Spivak (2010), ao final de sua obra “Pode o subalterno falar?”, mais precisamente no último parágrafo, conclui que, nas condições do discurso

ocidental e colonial, o subalterno não pode ocupar um lugar de fala³ (Ribeiro, 2017) efetivamente (muito menos se for mulher), posto que mesmo quando tenta, sua fala é traduzida, distorcida ou ignorada dentro das lógicas hegemônicas do saber colonial, patriarcal e capitalista. Por um instante, deixaremos de lado a questão dos lugares de gênero e focaremos no subalterno sem voz. Partindo do lugar de fala da literatura, indagamos: não teria a literatura o poder de dar voz ao subalterno? Antonio Candido (1988) apontava a literatura como um “bem incompressível”, essencial a todos, primeiramente por humanizar o homem e, posteriormente, por poder se configurar em forma de denúncia social. Partindo desse princípio e ampliando-o ao pensar no direito de narrar-se (Ricoeur, 2004), somando a isso a noção de escrevivência, a escrita literária pode configurar o espaço em que o subalterno escreve sobre as suas experiências, que são também coletivas. Nesse sentido, o subalterno teria aí o seu lugar de fala efetivamente assegurado? Não visando uma resposta definitiva nesse momento, por parecer-nos ainda muito precipitada, provocamos essa reflexão e nos encaminhamos para os últimos apontamentos.

Por fim, ressaltamos as obras de Itamar Vieira Júnior como representantes dessa vertente literária insurgente, essa literatura que visa trazer luz ao olhar dos excluídos durante o período escravagista do Brasil e após (com suas consequências que perduram até hoje). Nesse sentido, a literatura contracolonial se lança a reconstituir através da ficção histórias de escrevivência que se encontravam à margem tanto do campo literário quanto do social. Ademais, é notável também que, conforme essas produções vêm ganhando espaço, é preciso que o ambiente acadêmico as tomem como importantes objetos de estudo, pontos de partida para discussões de temáticas como raça, gênero, interseccionalidade, colonialismo, pós-colonialismo e retratos da desigualdade na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

AULA 02. De onde vêm as ideias. **CASA FOLHA**, 2025. Disponível em: <https://youtu.be/XtWdkvZz0pA>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BISPO, Nêgo. **A terra dá, a terra quer: saberes do encantamento contra o desencantamento do mundo**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

³ Pensemos aqui o conceito de “lugar de fala” a partir dos estudos da filósofa Djamila Ribeiro (2017), que o compreende como o reconhecimento de que todo indivíduo ocupa um lugar social específico a partir do qual fala. Não se trata de definir quem pode ou não falar sobre determinada temática, mas de questionar a hierarquização dos saberes fundada na branquitude e em outras estruturas de poder. Trata-se, acima de tudo, de uma postura ética comprometida com a construção de uma sociedade menos desigual.

BONICCI, Thomas; GONÇALVES, Ângela Aparecida. O conceito de resistência em três textos da literatura brasileira à luz da teoria pós-colonial. **Revista Maringá**, v.27, n.2, p.151-161, 2005.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio (1988). **Direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

CIÊNCIA & Letras - Conceição Evaristo. **Canal saúde oficial**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IMQps4LU0t4>. Acesso em 11 mai. 2025.

COSTA, Adriana. Brasil Colonial: divergência entre o escravismo indígena e o africano. **Para entender a história**. ISSN 2179-4111. Ano 2, V. ago., Série 23/08, 2011, p.01-05. Disponível em: <https://fabiopestanaramos.blogspot.com/2011/08/brasil-colonial-divergencia-casaentre-o.html> Acesso em: 11 mai. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

HAMPATÉ BÂ. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO. 2010. p. 167-212.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Stephanie Borges. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILLS, Charles W. **White ignorance**. In: S. Sullivan e N. Tuana (eds.), *Race and epistemologies of ignorance*, Albany, State University of New York Press. 2007.

NASCIMENTO, Jonatan Rocha do. O mito da manga com leite. **Medium**. 2022. Disponível em: <https://jonatanrn.medium.com/o-mito-da-manga-com-leite-4f600f928466>. Acesso em: 24 mai. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Josimere Maria. **Hermilo Borba Filho [manuscrito]**: escrita do corpo, performance da escrita e resistência em "Um cavalheiro da segunda decadência". Orientação: Profa. Dra. Geralda Medeiros Nóbrega. 2020. Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2020.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIEIRA JÚNIOR. Itamar. **Doramar ou a odisseia**: Histórias. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2021.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Salvar o fogo**. São Paulo: Todavia, 2023.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

WEKKER, Gloria. **White innocence**: paradoxes of colonialism and race. Durham/Londres, Duke University Press, 2016.